

Ajuste Direto n.º APR 03/2025

**Aquisição de Serviços para Elaboração de Plano de Mobilidade Escolar de
Alcanena**

**Caderno de Encargos
Índice**

Parte I.....	2
Capítulo I.....	2
Disposições gerais.....	2
Cláusula 1.ª – Objeto.....	2
Cláusula 2.ª – Contrato.....	2
Cláusula 3.ª – Prazo.....	2
Cláusula 4.ª – Preço Base.....	3
Capítulo II.....	4
Obrigações contratuais.....	4
Secção I.....	4
Obrigações do prestador de serviços.....	4
Subsecção I.....	4
Disposições gerais.....	4
Cláusula 5.ª - Proposta.....	4
Cláusula 6.ª - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 7.ª – Verificação dos serviços a prestar.....	5
Subsecção II.....	5
Dever de sigilo.....	5
Cláusula 8.ª - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 9.ª - Prazo do dever de sigilo.....	6
Secção II.....	6
Obrigações do Município de Alcanena.....	6
Cláusula 10.ª - Preço contratual.....	6
Cláusula 11.ª – Forma e Condições de pagamento.....	6
Capítulo III.....	7
Penalidades contratuais e resolução.....	7
Cláusula 12.ª - Penalidades contratuais.....	7
Cláusula 13.ª - Força maior.....	8
Cláusula 14.ª - Resolução por parte do contraente público.....	8
Cláusula 15.ª - Resolução por parte do prestador de serviços.....	9
Capítulo IV.....	9
Caução e seguros.....	9
Cláusula 16.ª - Caução.....	9
Cláusula 17.ª - Seguros.....	9
Capítulo V.....	9
Resolução de litígios.....	9
Cláusula 18.ª - Foro competente.....	9
Capítulo VI.....	10
Disposições finais.....	10
Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	10
Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 21.ª - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 22.ª – Proteção de dados pessoais – Requisitos contratuais genéricos.....	10
Cláusula 23.ª - Gestor do Contrato.....	12
Cláusula 24.ª - Legislação aplicável.....	13
Cláusula 25.ª – Verificação da Lei 8/2012 – LCPA.....	13
Parte II.....	14
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	14
Cláusula 26.ª - Enquadramento e Objetivo.....	14
Cláusula 27.ª - Área de Incidência do Plano.....	15
Cláusula 28.ª - Faseamento da Elaboração do Plano.....	15

Parte I
Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a – Objeto

1 — O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração do Plano de Mobilidade Escolar de Alcanena.

Cláusula 2.^a – Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Contrato escrito, de dele não for dispensado, de acordo com o definido no Código dos Contratos Públicos;
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus serviços, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo

1 — O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2 — O contrato tem a duração correspondente ao prazo de elaboração e entrega de elementos de, no máximo, 90 (noventa) dias, com início na data da celebração do respetivo contrato.

3 — As tarefas a desenvolver deverão cumprir os seguintes prazos parcelares:

Faseamento	Prazo
Fase I - Análise e Diagnóstico	60 dias contados da data do contrato
Fase II - Definição de objetivos, desenvolvimento do plano de ação, do modelo de avaliação e de monitorização	30 dias contados da aprovação da fase anterior

4 — Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município ou a requerimento do prestador de serviços desde que devidamente fundamentado e aprovado pelo Município.

5 — O prazo de execução suspende-se nos momentos de avaliação pelo Município, designadamente com a entrega dos serviços relativos à Fase I pelo prestador de serviços, até à aprovação pelo Município de Alcanena e/ou pela impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução.

6 — O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a - Preço Base

1 — O preço base, ou seja, o preço máximo que o Município se dispõe a pagar, pela prestação dos serviços), é de € **19.900,00 (dezanove mil e novecentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 — O preço a que se refere o n.º 1 é dividido nos seguintes termos:

a) Fase I - Análise e Diagnóstico: 50% do valor global proposto;

b) Fase II - Definição de objetivos, desenvolvimento do plano de ação, do modelo de avaliação e de monitorização: 50% do valor global proposto.

3 — O preço a pagar pela prestação de serviços será o valor apresentado na proposta apresentada para o fornecimento em questão.



Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I
Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.^a - Proposta

1 — Na proposta a apresentar, o concorrente deve manifestar a sua vontade de contratar e o modo como se dispõe a prestar o serviço.

2 — Na proposta a apresentar, de acordo com o formulário disponibilizado na plataforma de contratação pública, o concorrente deve indicar, entre outros elementos os seguintes:

- a) O valor total para a prestação de serviços, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se dele não for isento;
- b) Condições de pagamento;
- c) Prazo de prestação do serviço;
- d) Descrição técnica da prestação do serviço.

Cláusula 6.^a - Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a seguinte obrigação principal:

a) Elaborar o Plano de Mobilidade Escolar (PME) de Alcanena, apresentando os trabalhos que constituem o objeto do contrato, nomeadamente, um exemplar em formato digital, em cada uma das fases, sem prejuízo do número de exemplares exigível, após introdução de alterações, correções ou melhorias que lhe forem recomendadas, momento em que fornecerá um exemplar completo do respetivo plano em formato papel acompanhados sempre de formato digital.

b) Desenvolver a elaboração do PME contemplando 2 fases, nos termos do previsto no Clausulado técnico da Parte II do presente Caderno de Encargos:

Fase I - Análise e Diagnóstico

Fase II - Definição de objetivos, desenvolvimento do plano de ação, do modelo de avaliação e de monitorização

2 — O prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados aos serviços a prestar, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

3 — O prestador de serviços deverá manter, com uma periodicidade a definir entre as partes, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Alcanena, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião e apresentar ao Município de Alcanena pontos de situação com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4 — O prestador de serviços cede Município de Alcanena a propriedade dos trabalhos contratados, devendo proceder à entrega de toda a informação de base e dos documentos originais com ele relacionados.

Cláusula 7.^a – Verificação dos serviços a prestar

1 — O Município de Alcanena fará o acompanhamento do trabalho e sempre que verifique algum incumprimento, dará conhecimento desse facto ao prestador de serviços, para que tome as devidas providências.

2 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Alcanena toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 — No caso de existirem discrepâncias ou incumprimentos, o Município de Alcanena deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Alcanena, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações exigidas.

Subsecção II Dever de sigilo

Cláusula 8.^a - Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcanena e outros



intervenientes no processo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II **Obrigações do Município de Alcanena**

Cláusula 10.^a - Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcanena deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal reduzida em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 11.^a – Forma e Condições de pagamento

1 — A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Alcanena, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a emissão das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para o pagamento dos serviços deverão ser emitidas, após a entrega dos documentos correspondentes à finalização das Fases I e II da prestação de serviços, duas faturas correspondentes a 50% em cada fase, do valor global proposto.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Alcanena, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através do meio de pagamento que o Município de Alcanena considerar mais conveniente.

5 — Não são permitidos adiantamentos aos serviços a prestar.

Capítulo III **Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 12.ª - **Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Alcanena pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do serviço contratado, o correspondente até 5% do valor contratual, por cada dia de incumprimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Alcanena pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor total do contrato a celebrar.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcanena tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Alcanena pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcanena exija uma indemnização pelo dano excedente.



Cláusula 13.^a - **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - **Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Alcanena pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de



serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento das obrigações e prazos contratuais.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 18.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcanena, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV Caução e seguros

Cláusula 16.^a - Caução

Não é exigida caução para a presente prestação de serviços.

Cláusula 17.^a - Seguros

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos de acidentes de trabalho dos colaboradores a afetar ao contrato, bem como de responsabilidade sobre terceiros, de acordo com a legislação em vigor.

2 — O Município pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 3 dias.

Capítulo V Resolução de litígios

Cláusula 18.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.



Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 19.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a – Proteção de dados pessoais – Requisitos contratuais genéricos

1 - As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo o Município de Alcanena responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.

2 - Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

- a) O Município de Alcanena poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, os quais serão usados pelos serviços do Município, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa e transmiti-los a

terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrônicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança. Os dados pessoais a que o Município de Alcanena tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.

- b) A entidade adjudicatária é responsável por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.

3 - Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Alcanena.

4 - A entidade adjudicatária assume e declara que:

- a) No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado Membro a que está sujeito, informando nesse caso o Gestor do Contrato e o Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;
- b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adota todas as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra qualquer processamento, dano ou destruição ilícita, designadamente:
- A pseudonomização e a cifragem de dados pessoais;
 - A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - Dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
 - Apenas contratará outro subcontratante se o Município de Alcanena o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Gestor do Contrato e ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º 2 do artigo 28º do RGPD;
 - Prestará assistência ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para



permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;

- Prestará assistência ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- Dependendo da opção do Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- Disponibilizará ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;
- Compromete-se a informar imediatamente o Gestor do Contrato e o Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei 58/2019, de 08 de agosto.

5 - O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

6 - O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao Município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

7 - As comunicações ao Encarregado de Proteção de Dados da Autarquia devem ser feitas para o email epd@cm-alcanena.pt.

Cláusula 23.^a - **Gestor do Contrato**

Atendendo ao definido no artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, será designado o Gestor do Contrato, ao qual cabe o acompanhamento permanente da execução do mesmo.



Cláusula 24.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e demais legislação portuguesa.

Cláusula 25.^a – Verificação da Lei 8/2012 – LCPA

A adjudicação do presente procedimento fica ainda sujeita à verificação do disposto na Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, nomeadamente:

1 - Fundos Disponíveis – A existência de fundos disponíveis para a assunção do compromisso em 2025, resultante do presente procedimento, que terá de se verificar previamente à adjudicação.

Parte II **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 26.^a - Enquadramento e Objetivo

Para a generalidade das crianças e jovens, nomeadamente entre os seis e os 18 anos de idade, a escola absorve a maioria do seu tempo diário. Durante este período, são formados grande parte dos seus hábitos, alguns deles perdurando ao longo da vida.

Todos os dias as crianças e jovens se deslocam uma determinada distância, entre a escola e a habitação, enfrentando as primeiras dificuldades e formando a sua perceção sobre espaços públicos agradáveis, seguros e confortáveis.

É notório, através de dados recentes, nomeadamente os relacionados com os Censos, que cada vez menos crianças se deslocam para a escola a pé ou de bicicleta, sendo, também, menos ativas, existindo o risco real de aumento da obesidade infantil. O mesmo ocorre com a generalidade da população, onde se inclui a comunidade escolar, nomeadamente a família e o pessoal docente e não docente.

Caminhar e circular de bicicleta contribuem para se alcançar o tempo mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para se evitar a obesidade infantil. Adicionalmente, ao caminhar ou utilizar a bicicleta, as crianças tornam-se mais ativas, mais conscientes do seu entorno, desenvolvendo, igualmente, competências em matéria de segurança rodoviária.

Num momento em que a mobilidade sustentável se associa à crescente atenção dada à saúde pública, às alterações climáticas, à humanização das cidades e dos territórios, ao enriquecimento das sociabilidades, à dinâmica do comércio tradicional, mas também à autonomia da criança e do jovem na cidade e ao desenvolvimento da sua integração e participação na comunidade em que se insere, esta “Estratégia de Melhoria da Mobilidade Escolar” é fundamental nas atuais políticas públicas de educação, de cidade e cidadania, de ambiente e de mobilidade sustentável.

A definição desta Estratégia é, ainda, um elemento-chave para os processos e narrativas que se seguirão, no âmbito dos programas europeus de apoio, entre outros, para ações de regeneração urbana, de espaço público, de mobilidade, de igualdade de género, de integração sociocultural, de habitação, de intervenção ambiental e de promoção de equipamentos públicos.

O Plano de Mobilidade Escolar (PME) é um documento estratégico e orientador que possibilita identificar e diagnosticar os padrões de mobilidade da população escolar, definindo um conjunto de ações coerentes e concertadas que permitam contribuir para aumentar as deslocações em modos suaves e ativos e nos transportes públicos, bem como



fomentar, de forma participativa, uma nova cultura de mobilidade junto de toda a comunidade escolar.

São múltiplas as vantagens do desenvolvimento do PME, desde logo:

- a) Identificar os padrões de mobilidade da comunidade escolar, possibilitando conhecer o modo de deslocação utilizado no percurso casa-escola;
- b) Sinalizar as desconexões horárias e de cobertura territorial dos transportes públicos junto das necessidades da comunidade escolar;
- c) Proceder à avaliação comparativa entre a utilização prevista e a efetiva do transporte escolar;
- d) Identificar soluções de desenho urbano para melhoria da segurança e caminhabilidade no entorno dos estabelecimentos de educação e ensino;
- e) Definir caminhos seguros para as escolas em modos suaves e ativos, promovendo, a exemplo do consagrado pela ONU como boa-prática de Pontevedra, “o caminho das escolas”;
- f) Produzir e sustentar uma narrativa robusta de futuras candidaturas aos fundos estruturais do Portugal 2030 e demais apoios nacionais e europeus, demonstrando a maturidade das políticas públicas, nesta matéria.

Qualquer processo de planeamento, para que obtenha os resultados a que se propõe e as ações preconizadas sejam aceites pela generalidade dos destinatários aos quais se aplicam, é fundamental que seja um processo participado. A resolução dos problemas que afetam diariamente a comunidade escolar carecem do envolvimento de todos, na medida em que são diversos os stakeholders responsáveis pela aplicação das medidas distintas e diferenciadas, dentro da sua esfera de atuação, entre as quais a autarquia, as instituições de educação e ensino, as forças de segurança, as associações de pais, entre outras.

Neste particular, reveste-se de superior importância o envolvimento do Conselho Municipal de Educação, por ser a instância, a nível municipal, que analisa e acompanha o funcionamento do sistema educativo, propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo, neste caso, em matéria de mobilidade sustentável.

Cláusula 27.^a - Área de Incidência do Plano

A área de incidência do Plano de Mobilidade Escolar (PME) consiste na globalidade do território concelhio.

Cláusula 28.^a - Faseamento da Elaboração do Plano

Para estrutura macro de elaboração PME, o seu desenvolvimento deverá contemplar uma metodologia com duas fases, a saber:

- a) Fase I - Análise e Diagnóstico;
- b) Fase II - Definição de objetivos, desenvolvimento do plano de ação, do modelo de avaliação e de monitorização.



A primeira fase, designada por Análise e Diagnóstico, deverá consubstanciar duas grandes tarefas: a recolha de informação nas diversas fontes e a elaboração do diagnóstico da situação atual.

No que concerne à recolha de informação é fundamental obter, através de métodos estatísticos, dados sobre um grande número de indivíduos que possibilitem caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade escolar.

Neste particular, embora consubstancie uma tarefa robusta pelo elevado volume de informação a recolher, é muito relevante identificar os padrões de mobilidade desta comunidade, de forma a perceber os modos de deslocação utilizados para acesso à escola.

Neste sentido, deverá desenvolver-se um questionário junto da comunidade escolar que possibilite perceber o padrão de deslocação das crianças e jovens. Considerando as restrições em elaborar questionários a populações menores de idade, a ação deverá ser centrada no professor e na sala.

Como complemento, é fundamental efetuar o cruzamento dos padrões de mobilidade declarados com as redes de transporte público, sejam as regulares ou as dedicadas ao transporte escolar, no sentido de aferir se as coberturas temporais e espaciais se ajustam às necessidades, mas também, e não de somenos importância, aferir as condições para a utilização dos modos suaves na envolvente próxima dos estabelecimentos de educação e ensino, com identificação dos principais problemas verificados.

É objetivo principal desta fase, promover a sinalização das debilidades, para que possam ser definidas estratégias de melhoria que impactem positivamente na alteração da repartição modal, favorecendo os modos mais sustentáveis de deslocação.

A segunda fase relaciona-se com a Definição de Objetivos, Desenvolvimento do Plano de Ação, do Modelo de Avaliação e de Monitorização. Após ser realizada a etapa anterior, onde se identificarão o conjunto das lacunas a suprir, é fundamental perceber a forma como esses problemas podem ser solucionados, definindo-se, para o efeito, objetivos que permitam alcançar os resultados desejados.

A definição do plano de ação, deverá permitir identificar as ações a concretizar nas diversas vertentes, que possibilitem contribuir para mudanças focadas na resolução dos problemas sentidos, dando-se a visibilidade necessária para cabal perceção das etapas específicas que são necessárias empreender, tendentes à realização das ações na sua plenitude.

Este plano deverá conter fichas de ações e soluções, descrevendo a estratégia e as atividades, o calendário de execução, os responsáveis pela implementação e os eventuais parceiros, bem como os recursos (materiais ou humanos) necessários e as estimativas orçamentais (quando aplicável).



Deverá ser proposto um modelo de avaliação e de monitorização da implementação do plano e do seu impacto, sendo uma etapa relacionada com a implementação, cuja responsabilidade é diretamente da autarquia e indiretamente de todos os parceiros envolvidos nas diversas ações.

Nesta etapa dever-se-á identificar, com exatidão, o que se pretende verificar em termos de cumprimento de metas e como fazê-lo no futuro. Neste sentido, será possível identificar, reduzir ou eliminar tendências não desejadas ou a influência positiva do desenvolvimento de determinados processos. Para este efeito, deverão ser definidos indicadores relevantes que dependem dos objetivos definidos.

O Vereador

(Nuno Miguel Costa Silva)

Por Delegação de Competências nos termos do Despacho ref.º 22017, de 27 de outubro de 2021
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ²